

A LITERATURA COLONIAL PORTUGUESA

Pires LARANJEIRA*

RESUMO: Análise sucinta, comparativa, da literatura colonial do Brasil com a literatura colonial de Portugal.

Palavras-chave: Literatura; literatura colonial; Brasil; Portugal.

Comparando o conceito de “*literatura colonial*” do Brasil com o de “*literatura colonial*” de Portugal, conclui-se que se trata de duas realidades muito diferentes. Em primeiro lugar, a “*literatura colonial*” do Brasil semelhante à das colónias africanas está hoje remetida para o limbo da não-literatura, geralmente não tratada nas histórias da literatura brasileira, a não ser em livros preocupados com a marginalidade de certa produção literária. A “*literatura colonial*”, monográfica, de cariz cientificista, sociológico, histórico ou antropológico, dos “*textos coloniais*”², de que são exemplos Gabriel Soares de Sousa e José de Anchieta, pertence ao mesmo grupo da que sobre Angola produziram Oliveira Cadornega ou Pigaffeta. A “*literatura colonial*” que hoje integra as histórias consagradas da literatura brasileira, desde Caminha a Silva Alvarenga, a que foi escrita, portanto, antes da independência do Brasil, tal como a concebemos com uma função estética, de prazer ou utilidade, numa “*época colonial*” ou numa “*era*

(*) Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- (1) Com este artigo pretendo apresentar apenas resultados parciais do trabalho em curso de um grupo informal de pesquisa – GIRAFÁ – constituído na Faculdade de Letras de Coimbra, bem como algumas conclusões e posições. O presente artigo resultou de uma comunicação oral ao XVI Encontro de Professores Universitários Brasileiros de Literatura Portuguesa, realizado em Londrina (Paraná, Brasil), em 6-9 de Outubro de 1996.
- (2) BOSI, Alfredo, *História concisa da literatura brasileira*, 3ª ed. São Paulo, Cultrix, 1986, p. 28.

*colonial*³, nada se assemelha à designada pela mesma expressão relativamente a África, produzida esta por portugueses com actividades de sertanejos, militares, exploradores, comerciantes, funcionários, jornalistas, advogados e outros coloniais em função plúmitiva. A componente de “*colónia*”, político-administrativa, tanto no Brasil como em África, condiciona a classificação e, por suposto, a recepção.

A “*literatura colonial*” relacionada com a África sob domínio português tem um sentido mais restrito, estritamente ideológico: surge, expande-se e domina a circulação literária relativa às colónias enquanto elemento escrito preponderante da conformação da visão colonial e colonialista sobre espaços, povos e culturas tidos como simultaneamente inclusos na pátria portuguesa, mas aos quais não eram reconhecidos direitos de igualdade em relação aos da chamada “*metrópole*” (Portugal continental)⁴. Subjaz a tal literatura a ideia de portugalidade.

A viagem, enquanto meio de conhecer o exótico, o estranho, ou de procurar a evasão do quotidiano, recorrente nos textos da literatura colonial, é o meio de aceder a um império maravilhoso, se bem que emerso num oceano de perigos desconhecidos. A viagem enquanto meio de conhecimento, entre o documentação factual e o simbolismo iniciático, cultivada literariamente por Jack London, Joseph Conrad, Herman Melville ou Robert Louis Stevenson, com outro alcance junto dos leitores, outra perene qualidade, não é a mesma da que proporciona a literatura colonial ao leitor instalado no remanso da metrópole ou da urbe colonial.

A visão de mundo dos narradores e dos sujeitos poéticos pode ser considerada genericamente “*imperial*”, na medida em que pressupõe sempre o es-

(3) Chamaram-lhe “*literatura colonial*” tanto SODRÉ, Nelson Werneck, In: *História da literatura brasileira*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, como HOLANDA, Sérgio Buarque de, “*Literatura colonial*”, In: *O Estado de S. Paulo* (2-1-1949), *apud op. cit.*, p. 71, ou José Veríssimo, *ibidem*.

(4) Ver, p. ex., MATA, Inocência, O texto colonial: uma questão estético-ideológica, In: MENSAGEM, 4 (1989), Luanda, p. 32-39, retomado In: *Pelos trilhos da literatura africana em língua portuguesa*, Pontevedra-Braga, CADERNOS DO POVO, 1992, p. 11-18. Entre muitos outros textos propícios à verificação de perspectivas opostas, ver, de FERREIRA, Manuel, Uma perspectiva do romance colonial vs. literaturas africanas, In: *O discurso no percurso africano I*, Lisboa, Plátano, 1989, p. 231-259, e “Angola” (literatura colonial), In: COCHOFEL, João José (org.), *Grande dicionário da literatura portuguesa e de teoria literária*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, p. 302-305; TRIGO, Salvato, Literatura colonial – literaturas africanas, In: *Ensaio de literatura comparada afro-luso-brasileira*, Lisboa, Vega, s. d. (1986), p. 129-146.

tatuto político-administrativo e cultural da portugalidade a sustentar a preponderância sobre os outros.

Os protagonistas – sejam personagens ou predicatados – não podem ser senão brancos, raramente mestiços. Quando negros, apenas o são porque objectos de menosprezo, de posse, com diminuição do seu estatuto de seres humanos. As personagens secundárias e os figurantes, podendo ser negros, mulattos e outros mestiços, são-no precisamente na condição de estereótipos sociais, caracterizados como primitivos, selvagens, incultos, pagãos, mão-de-obra barata ou grátis, além de servis, estúpidos, indolentes, incapazes, animalescos e com maus instintos. Há excepções, de pretos bons, obedientes, trabalhadores, respeitadores da ordem colonial e submissos à cultura da Europa “*desenvolvida*” e aos valores cristãos e católicos, atributos estes que a visão de mundo colonial considera inerentes aos bons seguidores do espírito civilizacional.

O espaço físico, para além do citadino, é sobretudo o do mato, das propriedades dos brancos, das aldeias locais, da floresta, com a natureza e o clima a desempenharem, frequentemente, um papel como que de personagem pujante e avassaladora.

A ideia de portugalidade proposta, entre outros, por Alfredo Pimenta e Albino Forjaz de Sampaio, no primeiro quartel do século XX, fundamenta-se no nacionalismo exacerbado pela afronta do Ultimatum dos ingleses a Portugal e a sede de imperialismo colonial. Depois, acresce um pensamento colonial baseado na visão imperial, paternalista e racista, que conjuga o preconceito em relação a outros povos com a acção colonizadora, dita “*civilizadora*”, mas efectivamente funcionando como vasto empreendimento de motivação económica, cada vez mais, paradoxalmente, ao serviço de interesses estrangeiros, que o próprio salazarismo-fascismo não conseguiu contornar. Tal pensamento colonial passa por Oliveira Martins e António Enes, desenvolvendo-se metodicamente, como emanção do Estado Novo, com Oliveira Salazar, Vieira Machado, Manuel Múrias, Marcello Caetano, Henrique Cabrita, Quirino de Jesus, Lourenço Cayolla, João Ameal, Armindo Monteiro, Mendes Correia, Cunha Leal, Teófilo Duarte, Silva Cunha, José Osório de Oliveira e outros, entre os quais alguns que, como Bento Carqueja, Brito Camacho, Henrique Galvão, Norton de Matos ou Julião Quintinha, em vários momentos da história recente de Portugal, se moveram das águas do republicanismo, do socialismo democrático ou do liberalismo para a esfera de influência da ditadura ou, pelo contrário, formados nas ideias coloniais e conservadoras, se rebelaram contra o fascismo e o colonialismo. Embora de outra ordem, as debilidades do pensamento comunista em Portugal manifestaram-se sobretudo pela incapacidade de, desde cedo, se aperceber da existência de um pensamento pan-africanista, por um lado, e proto-nacionalista e nacionalista,

por outro, cujo ritmo de intervenção no terreno sócio-político e cujos interesses, podendo ser conjugados com a solidariedade internacionalista, não eram exactamente os mesmos, por definição, se bem que a colaboração entre os campos seja por demais conhecida.

A intervenção do Estado no fomento da literatura colonial obedeceu a um projecto político de incentivar a portugalização da produção cultural relativa às colónias. O primeiro passo foi o diploma legislativo de 29-7-1924, que pôs fim às Agências de Angola e de Moçambique em Lisboa e possibilitou a criação de uma genérica Agência-Geral das Colónias, depois chamada Agência-Geral do Ultramar⁵. Em 1926, após o golpe do Estado Novo, o ministro das colónias João Belo fez aprovar as Bases Orgânicas da Administração Ultramarina, que consignaram uma nova forma de conceber a colonização, por exemplo, retirando a liberdade de imprensa, o espaço à missão protestante e incentivando a produção de uma literatura colonial para um público ávido do estrangeiro, da aventura, do diferente.

Note-se que, em 1921, já tinha sido publicado, em França, o romance *Batouala*, de René Maran, "*véritable roman nègre*", como o autor o denominava, contemplado com o prémio Goncourt. Neste romance, uma personagem conta uma piada em que os portugueses provinham dos excrementos dos negros⁶. Depois dele, qualquer narrativa sobre africanos que menorizasse o tratamento dos negros, arriscava-se, à partida, não só a não representar condignamente a vida em África como ainda a inscrever-se esteticamente no campo ideológico do colonialismo. Foi o que aconteceu com dezenas e dezenas de textos manifestamente produzidos com intuítos imperiais e com outros que, de modo incauto, reproduziram estereótipos racistas, copiaram imagens exóticas ou simplesmente não tiveram capacidade para se inspirar numa análise profunda da história e da sociedade.

As origens da literatura colonial podem encontrar-se na literatura de viagens, em sentido lato. A literatura colonial relaciona-se com a literatura das Descobertas e da Expansão, com a literatura de guerra e com outros tipos de textos sobre a delimitação e exploração territorial, de toda a espécie de relatos dos europeus, como crónicas, relatórios, missivas, reportagens⁷. Apresenta fre-

(5) Cf. ALMEIDA, Pedro Ramos de, *História do colonialismo português em África. Cronologia*, vol. III – século XX, Lisboa, Estampa, 1979, p. 182.

(6) In: MARAN, René. *Batouala*. Paris, Albin Michel, 1921, p. 68-69.

(7) Segundo outra perspectiva, a literatura colonial "*nada tem a ver com a literatura das Descobertas e da Expansão; nem tão-pouco com a literatura de guerra, e, só em certos casos, com aquilo que designámos por literatura de motivação africana*" (Manuel Ferreira, *In: O discurso no percurso africano I*. Lisboa, Plátano, 1989, p. 258).

quentemente um carácter monográfico, geográfico, antropológico e económico, descrevendo as terras, as gentes e seus costumes mais imediatamente apreensíveis, além de relatar as riquezas do solo e do subsolo. Por outro lado, os textos da oratura africana municiaram a imaginação dos escribas coloniais, por vezes de forma caricata. Assim, as lendas e fastos fundacionais de uma etnia, os provérbios e adivinhas, a poesia, a historiografia da realeza, em suma, a memória de um povo, constituindo uma literatura específica, não pertencente à literacia, nem ao domínio colonial, não deixou de servir de informação para cenários e comportamentos, quer de representação realista ou de similaridade, quer exagerada, quando inspiradora de exotismo ou de pitoresco. Em última análise, no século XX, sobretudo desde a década de 30 até à de 60⁸, a literatura colonial funcionou ao serviço do fascismo-colonialismo como propagadora da ideia de grandeza do império e dos portugueses, procurando substituir os antigos relatos dos feitos épicos e trágico-marítimos junto de um público sujeito a mitomanias nacionalistas.

Não é possível confirmar que a tendência documental da literatura colonial se relaciona com o Realismo e o Naturalismo. As questões ideológica, política e científica concorrem decisivamente para estabelecer o afastamento entre o Realismo-Naturalismo e a literatura colonial. O positivismo, o liberalismo, o socialismo e o republicanismo contribuem para a vontade de explicação do homem através da documentação do seu meio e de uma intencionalidade de mostrar o lado patológico, social e económico da sua formação e situação (descrição, meio físico, educação, herança cultural, análise social, patologias, cientificidade). Pelo contrário, existem indícios de a literatura colonial se relacionar com o sentido da evasão do Romantismo, herdando-lhe o gosto pela ostentação do típico exacerbado como forma de evasionismo, satisfazendo as expectativas do leitor europeu por cenários e enredos desusados. O outro lado do Romantismo, a sua tendência para fundamentar e documentar, histórica e etnograficamente, a especificidade de um povo e uma região ou um país, será apanágio dos nacionalistas africanos, em busca de um discurso para as literaturas nacionais, como aconteceu com os movimentos da *Claridade*, em Cabo Verde ou da *Mensagem*, em Angola.

Por via daquela faceta espalhafatosa e irrealista do Romantismo individualista e genioso, os escribas coloniais de serviço ao fascismo dão em produzir um tipo de discurso comparável aos romances cor-de-rosa, de capa e espada, de terror gótico ou de aventuras exóticas.

(8) José Osório de Oliveira, em 1938, defendia a necessidade de uma literatura colonial, assim como existia uma arquitectura colonial. Cf. ALMEIDA, Pedro Ramos de, *op. cit.*, p. 235.

A literatura colonial é desconhecida na actualidade. Não tem interesse literário; apenas documental, para a história das mentalidades e, nalguma medida (que não sabemos qual), do pensamento colonial. É completamente despropositado e irrealista, perante a consabida desmotivação e despreparo da juventude para a leitura, propor textos de literatura colonial portuguesa para os programas e manuais do ensino em Portugal, a não ser que se persigam objectivos de recuperação do pensamento colonial através dessa forma eufemística, mas eficaz, de intervenção ideológica⁹.

Provisoriamente, podemos situar o início da literatura colonial em 1907, aquando da publicação de *Bandidos de Angola*, subtítulo “*grande romance sensacional*”, de José da Fonseca Lage. Alguns autores, aqui referidos sem qualquer ordem (cronológica, alfabética, de importância ou temático-geográfica), contribuíram para a verborreia colonial, uns mais eficazes do que outros quanto ao objectivo de afirmar a superioridade do europeu sobre o africano e, em particular, da inevitabilidade e excelência da colonização portuguesa. Henrique Galvão, Hipólito Raposo, Rodrigues Júnior, Emílio Castelo Branco, Fernanda de Castro, Fausto Duarte, Augusto Casimiro, Amélia de Proença Norte, Norberto Gonzaga, Luís Ribas, Hugo Rocha, Monteiro Filho, Julião Quintinha, Brito Camacho, João Augusto Silva, Emílio San Bruno, Carlos Selvagem, Maria Archer, Eduardo Noronha, Fernando Reis, Eduardo Paixão, A. Rego Cabral, Mário Milheiros, Luís Cajão, Alexandre Barbosa, João Amaral Júnior, Maurício de Oliveira, Mário Coelho, João da Chela, Maria Figueiredo, Virgínia Vitorina, António Pires, Manuel Resende, Fernando de Pamplona, Hipólito Raposo, Margarida Lopes de Almeida, Maria do Céu Pomba Guerra, João de Vasconcelos, António de Aguiar, Guilhermina de Azevedo, Nuno Bermudes, Matos Gomes, Alfredo Sarmento, Honorinda Cerveira, Frederico Alves, Gastão de Sousa Dias, Manuel Récio, Domingos S. de Freitas, João de Lemos, João Teixeira das Neves, António Gonçalves Videira.

Haverá obras esquecidas que merecerão ser reeditadas, mas sempre com um aparato explicativo que as insira no seu devido contexto, funcionalidade e limitação histórica. Por certo que as possibilidades de um novo olhar ajudarão ao balanço sobre um tipo de literatura que muito circulou nos tempos áureos da colonização moderna. Esse olhar sem preconceitos implica não a ocultação

(9) “*Hoje, infelizmente, as nossas histórias literárias e os nossos programas escolares ainda não concedem à literatura colonial o lugar que ela merece, deixando, assim, o público estudantil e leitor privado do contacto com obras valiosas, não só do ponto de vista documental, mas também ético-estético, concorde-se ou não com o seu conteúdo*” – In: TRIGO, Salvato. *Ensaio de literatura comparada afro-luso-brasileira*. Lisboa, Vega, s. d. (1986), p. 135.

África: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 20-21: 71-77, 1997/1998.

do enquadramento da literatura colonial, mas a rigorosa apreciação do funcionamento do seu discurso estético-ideológico e o metódico levantamento das suas ligações ao fascismo. A bibliografia passiva requer também, por isso mesmo, uma revisão cuidada, sobretudo agora que, em Portugal, se nota já a tendência para o branqueamento teórico do colonialismo na literatura, procedendo-se, em simultâneo, ao apagamento da importância do Neo-realismo, da Negritude e da Resistência nas cinco literaturas africanas de língua portuguesa. É fundamental, pois, que a comunidade que se dedica à literatura tenha consciência de que, mesmo com uma provisória reavaliação do problema, não parece credível, científica e democraticamente, querer sobrevalorizar as heranças culturais branca e mestiça em detrimento da negra. A literatura colonial foi a expressão da ideia de superioridade do branco sobre o negro, uma componente nítida, explícita, do aparelho ideológico do Estado Novo imposto por Salazar aos portugueses e africanos.

ABSTRACT: A brief comparative analysis of the colonial literature both from Portugal and Brazil.

Keywords: Literature; Colonial literature; Portugal; Brazil.